

## RESENHA – REVIEW – RESEÑA

**ARISTÓTELES E O DINHEIRO: A VIGÊNCIA DO SEU PENSAMENTO EM TEMPOS DE MERCADO FINANCEIRO**

**ARISTÓTELES Y EL DINERO: LA VIGENCIA DE SU PENSAMIENTO EN TIEMPOS DE MERCADO FINANCIERO**

**ARISTOTLE AND MONEY: THE STANDING OF HIS THOUGHT IN THE APOGEE OF FINANCIAL MARKETS**

BORISONIK, Hernán. **Dinero Sagrado. Política, economía y sacralidad en Aristóteles.** Miño y Dávila Editores. Buenos Aires, 2013, 327 páginas.

Nos últimos anos, vêm assumindo importância e foram publicadas várias obras que tiveram como foco e tentaram explicar certos fenômenos do mundo antigo a partir de uma perspectiva que pode representar as peculiaridades do ambiente em que eles tiveram a sua origem, sem descurar as possibilidades de pensar na atualidade a partir daqueles.

Assim, algumas obras clássicas sobre estes temas foram relidas à luz de novos parâmetros que permitiram um trabalho hermenêutico diferente que explicaria as formas em que o número de questões a serem estudadas pode ser abordado simultaneamente dentro desses quadros institucionais onde surgiram e que lhe dão a sua singularidade. Por outro lado, estes estudos não abandonaram a possibilidade de que a análise pode ser útil para pensar em nossas atuais circunstâncias históricas, ou seja, que de alguma forma transcende o meramente acadêmico e, assim, torna-se uma reflexão política.

*Dinero sagrado*, de Hernán Borisonik, docente de filosofia argentino, pode ser compreendido dentro desta série de trabalhos, e assim é assumido pelo seu autor nas primeiras linhas da Introdução. A regra que parece governar esse trabalho é



uma crítica minuciosa e esclarecida, a busca constante para alcançar uma interpretação que está justificada com meticulosidade.

O livro, assim, consegue dialogar com obras clássicas e contemporâneas, e ainda consegue fazê-las falar umas com as outras. As críticas e observações realizadas nos diferentes autores analisados dão solidez aos desenvolvimentos e às interpretações, assim como trazem transparência em relação ao posicionamento do autor.

Dividida em duas partes, após uma introdução que destaca questões epistemológicas, a primeira parte, “El horizonte de sentido aristotélico”, procura explicar o que vai ser o centro de sua interpretação: o trabalho realizado pelo linguista francês Émile Benveniste com respeito ao 'paradigma indo-europeu', e particularmente a oposição entre as esferas humana e divina, e as implicações dessa oposição em relação ao 'uso'.

No segundo capítulo da primeira parte, manifestando a internalização do modelo diacrônico benvenistiano, é analisado o desenvolvimento dos escritos econômicos anteriores a Aristóteles. Está centralizado em Xenofonte e Platão, mas ainda dá voz a autores tão importantes como Hesíodo, para compreender a cosmovisão grega.

No terceiro capítulo da primeira parte, dedicado a alguns princípios orientadores do pensamento aristotélico, Borisonik desenvolve uma síntese do ideário do estagirita, mostrando a centralidade do conceito de finalidade e como a finalidade específica da vida humana assume o sentido da existência do homem político (*zoon politikon*). O *ergón* humano, aquilo que faz do homem um homem, só é realizável na comunidade, na *polis*: o único espaço onde se encontra a possibilidade de alcançar autarquia, existente para a *eu zen* (vida boa ou bom viver); por fim, o único âmbito em que o homem é homem.

A segunda parte, “Política y Economía en Aristóteles”, também dividida em três capítulos, vai progressivamente se aprofundando no funcionamento das propostas aristotélicas.

Em "El debate moderno sobre los escritos aristotélicos" é apresentada uma análise crítica das várias bibliografias, a sua evolução e as discussões analíticas, a partir das visões da historiografia do final do século XIX (Rodbertus, Bücher, Meyer), às propostas de Karl Polanyi e Moses Finley. Junto com os dois últimos, os outros

dois autores trabalhados extensivamente no texto de Borisonik são o economista austríaco Joseph Schumpeter e o filósofo inevitável na hora de trabalhar questões relacionadas com a economia, Karl Marx. Mas também é de grande importância o debate com pensadores contemporâneos do calibre de Giorgio Agamben ou Hannah Arendt.

O caráter prático da economia, e a subordinação da última à política, são desenvolvidos em detalhes em "La relación entre política y economía en Aristóteles". Ali há duas conclusões fundamentais: (a) o *oikos* e a *polis* eram duas unidades cuja relação é caracterizada pela continuidade e não pela contradição (p. 223); (b) a verdadeira clivagem que existia na *polis* não era entre "público" e "privado", mas entre o humano e o divino, pois estas foram as categorias que limitaram o uso (p. 225). E em "La polis en acción y las formas de gobierno" já é totalmente claro como a arquitetura do pensamento de Aristóteles articula a crítica à *crematística*, entendendo que esta – na sua versão ilimitada– viola a ordem natural a partir do momento no qual coloca os interesses individuais sobre os da comunidade. Daí Borisonik entende que o "problema do estagirita não era tanto a melancolia como a criação de um espaço de realização política".

O principal objetivo é mostrar que, assim como no mundo grego, no pensamento aristotélico, o critério para a compreensão da noção de "uso" é baseado na sacralidade. O sagrado é aquilo que constitui um espaço de impossibilidade ética e política.

Assim, o trabalho de Borisonik aborda Giorgio Agamben e o *Homo Sacer* em sua reflexão privilegiando a relação entre economia e política. Através da análise agambeniana da sacralidade, que destaca a importância do linguista francês Émile Benveniste, Borisonik toma a noção de ambivalência do sagrado. Considerando estudos antropológicos do final do século XIX (por exemplo, Marcel Mauss ou Robertson Smith), assume uma definição do sagrado que é concebido como "o separado, o proibido". A ambiguidade é pensada na dupla característica de consagrado e maldito. Este antagonismo, como é apontado por Durkheim, tem como consequência que "vida religiosa e vida secular não possam coexistir no mesmo espaço" (37). Mas, como sabemos, Agamben argumenta que essa ambiguidade não é abordada em profundidade, embora, de acordo com Borisonik, não reconheça

como esses autores chegaram à idéia de "indisponibilidade para uso humano das coisas divinas" (37).

Agamben destaca uma exigência que acompanha invariavelmente o *sacer*. Assim, Borisonik assinala como, a partir da figura agambeniana da exceção, é estabelecido um mecanismo de exclusão inclusiva: "aquilo que é excluído por um dispositivo cumpre uma função interna dentro desse dispositivo ... o que é definido como externo desempenha um papel dentro dos limites que assim o determinaram" (38).

Essas relações de exclusão inclusiva e inclusão exclusiva são trabalhadas por Borisonik no final do primeiro capítulo da primeira parte (II.1.V), a partir das categorias de ostracismo e *logos epitháphios*.

Talvez um dos pontos mais importantes do trabalho do italiano seja a diferença com Michel Foucault na definição de biopolítica, pois à diferença do francês, a toma como algo que tem sempre pertencido à política e, portanto, "não existe nenhum homem despojado de sua humanidade, só aparece quando é construído" (39).

A justificação, então, deriva em parte da própria institucionalidade e particularidade do 'paradigma indo-europeu' analisado por Benveniste, que permite encontrar a ligação com o sagrado, e com a visão do sagrado como espaço de incapacidade em relação ao uso, sendo isso o específico ponto de partida analítico daquele paradigma. Assim, evita o modelo moderno anacrônico da dualidade e o contraste entre o público e o privado.

O aspecto econômico só pode ser compreendido a partir da esfera política, como peculiaridade da *polis*, como o espaço propriamente humano. É por isso que ela se destaca como um meio no qual os conflitos não são cancelados, mas antes o plano em que a sua manifestação está habilitada (p. 309); ali são canalizados e só ali podem ser resolvidos pelo *logos*. A política possui uma forma fixa, mas nunca um conteúdo predeterminado (p. 311): o caráter político do homem é natural, toda vez que a *polis* é também natural, mas o campo da ação é o campo da virtude (*areté*) dependente de contingência. As atividades desenvolvidas pela sua naturalidade adquirem excelência na forma como elas são realizadas.

Portanto, no caso do dinheiro, que emerge como um elemento convencional (não natural), e o seu uso é apresentado como necessário para a reprodução da

vida em comum. O problema reside na sua natureza dual e no risco de confundir utilidade histórica com necessidade ontológica. O desejo humano, se não for mediado pela razão, pode tornar o dinheiro (que não é desprezível em si) algo prejudicial, pois desloca os homens da sua centralidade ontológica: a atividade política.

À vista disso, Borisonik afirma que "Se o humano se opõe ao divino em função do uso [...], a acumulação de dinheiro constitui [...] um ato de sacralização, enquanto remove do campo do uso um bem, cuja função é precisamente a de ser usado para garantir a suficiência da vida humana" (p. 313).

*Dinero sagrado* aparece como uma lufada de ar fresco pela seriedade do seu trabalho num amplo espectro disciplinar, que não se esgota na assepsia positivista, nem se situa fora da realidade com uma atitude nostálgica da *polis* clássica. Muito aristotélico, Borisonik traz para o centro do palco os problemas da vigência e a quase assustadora atualidade de analisar a questão do dinheiro num mundo onde a acumulação ilimitada concebida por Aristóteles como categoria puramente analítica se apresenta em qualquer centro financeiro, e tenta, assim produzir no leitor a *anagnórise* que o leva a agir politicamente.

**Por:**

**Julián Giglio**, doutorando em Filosofía Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación en la Universidad Nacional de La Plata, Buenos Aires, Argentina. E-mail: [thebargeman@gmail.com](mailto:thebargeman@gmail.com)

**Resenha:**

Recebida em Julho de 2013

Aceita em Outubro de 2013